



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Gestão da Organização Escolar na Formação de Turmas e os Resultados Escolares: um estudo de caso.

Aldina Antonieta Varela Tavares

Mestrado em Administração Escolar

Orientador:

**Doutor João Manuel Grossinho Sebastião, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**

novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Gestão da Organização Escolar na Formação de Turmas e os Resultados Escolares: um estudo de caso.

Aldina Antonieta Varela Tavares

Mestrado em Administração Escolar

Orientador:

**Doutor João Manuel Grossinho Sebastião, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**

novembro, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me incentivaram nessa tarefa, sempre árdua, da investigação de um tema que se julga atual e pertinente.

Para além do indispensável suporte familiar, cumpre-me destacar o Professor Doutor, João Sebastião, pelo apoio e encorajamento relativamente à escolha do tema “A Gestão da Organização Escolar na Formação de Turmas e os Resultados Escolares”, pela orientação e conselhos, após a leitura.

Igualmente, expresso o meu agradecimento ao diretor, à direção, aos diretores de turma, ao responsável pela constituição de turmas e ao pessoal não docente da escola que colaborou comigo, pela disponibilidade tornando possível a elaboração do presente trabalho. Aos meus professores e colegas os meus profundos e sinceros agradecimentos.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho resulta da pesquisa sobre a gestão da organização escolar na formação de turmas cujo objetivo foi conhecer os critérios da escola para a constituição das turmas do 7º ano de escolaridade, através da entrevista semiestruturada realizada aos diretores das turmas do 7º ano, ao responsável pela constituição de turmas e ao presidente da associação de pais.

Atualmente considera-se que as razões do insucesso escolar residem tanto nos alunos (meio sociocultural), como nas escolas. Neste sentido, pretendemos demonstrar com este trabalho, como é que a escola através do processo de constituição de turmas poderá eventualmente, influenciar a oportunidade do aluno e a qualidade do seu sucesso. De acordo com teorias sustentadas por vários autores, a turma frequentada influencia as oportunidades de sucesso do aluno. Há autores que defendem a formação de turmas homogéneas e há aqueles defensores de turmas heterogéneas. As teorias apresentadas pelos autores demonstram que tanto as turmas homogéneas como heterogéneas, apresentam vantagens e desvantagens. Entretanto, as orientações do Ministério da Educação e Ciência do ano letivo 2015/2016, defendem a formação de turmas em função dos critérios heterogéneos.

A análise permitiu-nos concluir que não existe nenhum documento formal da escola que define os critérios para a distribuição das turmas. A escola adapta as orientações do Ministério da Educação e Ciência conforme o seu contexto social, auscultando os professores, diretores de turma e o Conselho Pedagógico. Sendo assim, as turmas do 7º ano são feitas com os alunos que transitam do 6º ano. Muitas vezes os alunos vêm desde o 1º ciclo, porém, de acordo com as indicações dos professores e diretores de turma pode-se fazer alguma alteração em relação a determinados alunos (repetentes, com necessidades educativas especiais, comportamento impróprio, etc.) caso seja necessário.

Palavras-chave: Homogeneidade/heterogeneidade, critérios de formação de turmas, igualdade de oportunidades e sucesso escolar.

ABSTRACT

This work results from research on the management of the school organization in the formation of classes whose objective was to know the criteria of the school for the constitution of the classes of the 7th year of schooling, through the semi-structured interview conducted with the directors of the 7th grade classes, to the person responsible for the establishment of classes and the president of the parent's association.

Currently, it is considered that the reasons for school failure lie both in the students (sociocultural environment) and in schools. In this context, we intent to demonstrate how the school, through the process of class-constitution, can eventually influence the student's opportunity and the quality of their success. According to theories supported by several authors, the class attended influences the student's opportunities for success. There are some authors who advocate the formation of homogeneous classes and other defenders of heterogeneous classes. The theories presented by the authors show that both homogeneous and heterogeneous classes have advantages and disadvantages. However, the guidelines of the Ministry of Education and Science for the 2015/2016 school year, recommends the formation of classes according to heterogeneous criteria.

The analysis allowed us to conclude that there is no formal document of the school that defines the criteria for the distribution of classes. The school adapts the guidelines of the Ministry of Education according to its social context, auscultating teachers, class directors and Pedagogical Council. Thus, the 7th grade classes are made with the students who move from the 6th grade. Students often come from the 1st cycle. However, according to the indications of the teachers and class directors, some changes can be made in relation to certain students (repeaters, with special educational needs, inappropriate behaviour, etc.) if necessary.

Key words: Homogeneity/heterogeneity, criteria for forming classes, equal opportunity, and academic success.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1- O acesso à educação em Portugal	4
1.2- A Democratização do Ensino	6
1.3- Sucesso Escolar	8
1.4- Turmas Homogéneas e Turmas Heterogéneas	10
1.5- Formas Utilizadas pela Escola na Organização de Turmas	14
1.6- A Ilusão Inconsciente das Formas Utilizadas na Formação de Turmas	15
1.6.1- Organizar turmas atendendo aos pedidos dos Encarregados de Educação	15
1.6.2- Idade dos alunos, agrupando os que tem aproximadamente a mesma idade	15
1.6.3- Do tipo de percurso académico anterior de êxitos ou repetências	16
1.6.4- Dos grupos sociais e étnicos	16
1.7- Orientações do Ministério da Educação e Ciência na Constituição de Turmas	17
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	18
2.1- Análise documental	18
2.2- Entrevista	18
2.2.1- Entrevista Semiestruturada	19
2.3- Participantes	20
2.4- Caraterização da instituição	21
2.5- Procedimentos de recolha de dados	21
CAPÍTULO 3 – ANALISE DOS RESULTADOS	22
3.1- Procedimentos/política da escola na formação de turmas	22
3.2- Como se organizam os alunos do 7º ano de escolaridade pelas diferentes turmas?	24
3.3- Os professores indicam preferência por determinadas turmas?	25

3.4- Na sua opinião, as turmas são tendencialmente heterogéneas ou homogéneas?	26
3.5- Tem conhecimento de algumas turmas que se designam de “turmas boas” e “turmas fracas”? Quais?	26
3.6- Em relação aos alunos repetentes existe algum critério particular na distribuição dos mesmos pelas turmas? Se sim, quem o define? Quais são?	29
3.6.1- Quem define estes critérios?.....	30
3.7- Acha que há vantagens ou desvantagens em relação a turma heterogénea e homogénea?	31
3.8- Considera que as características da turma em que o aluno está inserido podem influenciar as suas oportunidades de sucesso? Porquê?.....	33
3.9- Já lhe aconteceu ou teve conhecimento de casos de pedidos externos (exemplo Pais/Encarregados de Educação) para a inclusão dos alunos em determinadas turmas?	34
CONCLUSÃO	36
BIBLIOGRAFIA.....	40
ANEXOS	44
ANEXO A - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS DIRETORES DE TURMA DO 7º ANO DE ESCOLARIDADE.....	44
ANEXO B - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS.....	45
ANEXO C - GUIÃO DE ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS.....	46

INTRODUÇÃO

A distribuição de turmas é um momento de particular relevância na organização do ano letivo e constitui um dos importantes fatores para o sucesso escolar do aluno, já que no entender de Gadotti (2010), várias variáveis influenciam a qualidade na educação nomeadamente, a qualidade do professor, do aluno e da comunidade.

A formação de turmas poderá constituir-se um fator importante para promover à igualdade de oportunidades, sobretudo, se considerarmos a perspetiva de Pinto (1995), de que os fatores da desigualdade escolar não residem unicamente no aluno e no seu contexto sociocultural, mas que a escola também favorece as desigualdades.

Salientou Merle (1994), que até há poucos anos as razões das desigualdades escolares eram procuradas nos alunos, nas famílias, no meio, menos nas escolas. Recentemente passou-se a verificar que a escola também contribui para as desigualdades.

A análise centra-se na política de organização e formação de turmas, no contexto da Democratização do Ensino em prol da igualdade de oportunidade para todos os cidadãos.

A definição dos critérios de elaboração de turmas é uma política do estado, adaptada à realidade de cada escola, enquadrada no âmbito da democratização do ensino, como medida para garantir a igualdade de oportunidades e o sucesso escolar para todos os alunos.

O estudo acerca dos resultados escolares, ou seja, sucesso e insucesso escolar enquanto objeto de investigação científica resulta da ambição das sociedades modernas em proporcionar igualdade de oportunidades aos indivíduos e uma educação de qualidade. Porém, apesar de o assunto qualidade na educação se constituir como sendo um tema novo, no entender de Gadotti (2010), atualmente esta questão está no centro das atenções.

Os agentes escolares têm a perceção de que a forma como as turmas são distribuídas têm impacto nos rendimentos escolares. Neste sentido, conhecer a atitude da escola relativamente ao modo de agrupar os alunos nas turmas, torna-se importante para aprofundar conhecimentos nesta área.

Na escola segundo Iavelberg (2011), cada aluno possui as suas próprias características, isto é, encontramos alunos que nasceram em famílias alfabetizadas, leitoras e bem estruturadas, enquanto outros são provenientes de famílias pouco escolarizadas ou analfabetas. Aqueles, cuja

família tem boa situação económica, com repercussão em condições de estudo e consequentemente na aprendizagem e vice-versa. Por conseguinte, podemos encontrar alunos com o ritmo de aprendizagem lento ou mais acelerado, outros com necessidades educativas especiais aos superdotados, os que já perderam o ano por insucesso aos que nunca repetiram de ano. Cada aluno tem uma história particular e única, formado por sua estrutura biológica, psicológica, social e cultural. Neste sentido, no entender de Pires *et.al* (2001), A igualdade de condição escolar é aproveitada de maneira desigual pelos diferentes estratos sociais por motivos que a escola não controla. Há alunos que possuem um clima favorável ao estudo e outros não, uns têm pais instruídos que possam os ajudar nas tarefas escolares e outros nem por isso.

Deste modo, tratar todos os alunos por igual beneficia os já favorecidos e reproduz as desigualdades (Sebastião e Correia, 2007).

No entender de Pires *et.al* (2001), a escola deve desenvolver práticas pedagógicas compensadoras que permitam diminuir as desvantagens dos alunos mais desfavorecidos à entrada. Deve-se tratar de um modo especial os que estão em desvantagem.

Perante a heterogeneidade que caracteriza a sociedade em geral e a população escolar, a aposta na definição de critérios eficazes como forma de se formar turmas que respeitem as diferenças individuais de cada aluno seria uma mais-valia no processo de ensino e aprendizagem em prol da igualdade de oportunidades.

Assim, devemos dizer que a análise crítica deste trabalho nos possibilitou, por um lado, analisar a realidade existente e refletir na hipótese de novas pistas possíveis sobre os critérios usados pela gestão na formação de turmas. Por outro lado, no presente trabalho encontra-se explicitado como intervir nessa área e dar-lhe uma nova configuração; como criar um sistema educativo participativo e de qualidade para todos, numa época em que no entender de Sebastião e Correia (2007), existe uma massa de alunos cada vez mais heterogénea do ponto de vista social e cultural, o que leva a alguma dificuldade por parte da educação para gerir pedagogicamente.

Sobre esse assunto o debate em Portugal é limitado, dado que, tivemos dificuldades na elaboração deste trabalho, devido à escassez de bibliografias relacionadas com o assunto em questão. Não há muita investigação em Portugal acerca da forma como se organizam as turmas, sendo assim, não foi fácil encontrar textos recentes que tratasse do tema.

Formulamos a seguinte questão de partida, à qual pretendemos dar resposta nesta investigação:

Quais os critérios utilizados pela escola na formação de turmas e quais os resultados escolares esperados?

Hipóteses

- 1- Devido a tendência da escola em constituir turmas do 7º ano com os mesmos alunos provenientes do 5º e do 6º ano e por vezes com alunos que vieram do 1º ciclo, com apenas algumas alterações, a constituição de turmas não apresentam grandes inovações.
- 2- A formação de turmas heterogéneas, pode levar a melhores resultados, mas, por si só não determina o sucesso escolar, uma vez que existem outros fatores que influenciam os resultados escolares.

Na sequência do nosso estudo foram elaborados os seguintes objetivos gerais e específicos:

Objetivo geral: em termos gerais, espera-se com este estudo conhecer os critérios de formação de turmas utilizados pela escola e a forma como a escola entende que esses critérios podem contribuir para garantir o sucesso escolar.

Objetivos específicos:

- Explicar o sucesso escolar, esclarecendo o papel dos órgãos escolares;
- Analisar a heterogeneidade e homogeneidade na perspetiva dos principais intervenientes (diretores de turmas, responsável pela constituição de turmas e o presidente da associação de pais);
- Saber quais os critérios utilizados pela escola na constituição de turmas;
- Conhecer a perceção dos principais intervenientes da escola, relativamente ao processo de formação de turmas.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco partes: a introdução, que reflete a importância e a problemática do tema; enquadramento teórico, onde constam várias abordagens sobre o processo de formação de turmas; a metodologia, que inclui uma apresentação do percurso metodológico, bem como dos instrumentos de recolha e análise de dados; a conclusão que aborda a reflexão crítica do processo de formação de turmas, os contornos teóricos e a análise de dados; por fim as referências bibliográficas (organizadas por ordem alfabética e segundo os autores) e anexos.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1- O acesso à educação em Portugal

Na idade média cuja sociedade era considerada iletrada, muitas pessoas não sabiam ler e nem escrever, o analfabetismo era considerado normal. A partir do século XVI ao século XX, a situação inverteu-se, e o analfabetismo passou a ser visto como um mal, ou seja, aquilo que dificulta o desenvolvimento do país, e uma situação de injustiça social. Atualmente constata-se uma nova situação educativa em que o alfabetismo constitui um fenómeno importante, tanto para trabalhar como para participar ativamente na sociedade, também é muito importante a formação contínua de pessoas adultas, no sentido de acompanharem as evoluções tecnológicas da sociedade moderna (Fernández, 2006).

Sendo assim, o sistema educativo português está organizado por um conjunto de estruturas e ações da responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas e privadas, organizadas em três etapas essenciais: educação pré-escolar, educação escolar e educação extraescolar.

A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa do sistema educativo. No seu aspeto formal é complementar a ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

O Ensino Pré-Escolar, corresponde a faixa etária de (3-6 anos), onde encontramos por um lado, a creche (0-3 anos), de caráter facultativo e que surgiu como uma necessidade social e não como um direito e está sob a tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. São de iniciativas das sociedades ou empresários em nome individual, instituições particulares de solidariedade social e outras de fins idênticos e de reconhecido interesse público. Por outro lado, temos o ensino do pré-escolar, para crianças entre os 3 anos e a entrada no ensino básico aos 6 anos, que está sob a tutela do Ministério da Educação. (Orientações Curriculares para a Educação no Pré-Escolar, 2016).

A educação escolar compreende o ensino básico, secundário e superior. Integra modalidades especiais e inclui atividades de ocupação de tempos livres.

O ensino básico destina-se aos alunos com a idade compreendida entre os 6 aos 14 anos, composto por três ciclos, cujo primeiro ciclo com a duração de 4 anos (1º ao 4º ano); o segundo ciclo equivalente a dois anos (5º e 6º anos) e o 3º ciclo corresponde a 3 anos (7º, 8º e 9º anos). Tem por objetivo assegurar uma formação geral comum a todos os alunos, oferecendo a

aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos do processo educativo. A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo para o ciclo imediato o aluno que tenha adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades definidas para cada ciclo de ensino (Direção Geral da Educação, 2011).

O Ensino Secundário para os alunos com a idade compreendida entre os 15 aos 18 anos, com a duração de 3 anos letivos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade). Abarca os seguintes cursos: Científico-Humanísticos com prosseguimento de estudos de nível superior (universidade ou politécnico); alunos que tenham concluído o 9º ano de escolaridade ou equivalente; diploma de conclusão do ensino secundário (12º ano). Cursos com Planos Próprios que são na maioria, ofertas de dupla certificação com uma componente científica e tecnológica sólidas. Os cursos da via científica são orientados para o prosseguimento de estudos e têm também uma componente de formação tecnológica. Procuram responder às expectativas de uma parte do público escolar, concretizando uma abertura ao tecido empresarial, à comunidade científica, às autarquias, a diversas instituições, e às famílias. Cursos Artísticos Especializados (ANQEP), nas áreas: Audiovisuais, Dança e Música. Destinam-se aos alunos que completaram o 3º ciclo do ensino básico. Diploma de conclusão de secundário e qualificação de nível 4 (para áudio visual). Realização da PAP (Prova de Aptidão Profissional). Cursos Profissionais com Forte ligação ao mundo profissional; conclusão do 9º ano de escolaridade ou equivalente; diploma de conclusão do secundário e nível 4 no QNQ (Direção Geral da Educação, 2011).

O Ensino Superior encontra-se organizado em Ensino Superior Universitário que confere os graus de Licenciado, Mestre e Doutor e o Ensino Superior Politécnico atribuindo os graus de Licenciado e Mestre. O Ensino Escolar abarca ainda modalidades especiais como: Educação Especial, Formação Profissional, Ensino de Adultos, Ensino à Distância e o Ensino do Português no Estrangeiro. A educação extraescolar integra-se numa perspetiva de educação ao longo da vida e engloba atividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e atualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional, na qual se realiza num quadro aberto de iniciativas múltiplas, da natureza formal e não formal. Tem como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos individuais e das potencialidades de cada um, complementando a formação escolar (Recomendação do Conselho Nacional de Educação, 2011).

Em Portugal, o percurso escolar dos alunos em termos da obrigatoriedade escolar começa, a partir dos seis anos e termina na educação escolar no âmbito do ensino secundário aos 18 anos de idade, isto é, o percurso escolar em Portugal garante a escolaridade obrigatória dos alunos a partir dos 6 até aos 18 anos de idade, sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência (Conselho Nacional de Educação, 2016).

Nota-se um esforço por parte do governo através do Ministério da educação e Ciência para que os alunos consigam fazer este percurso com sucesso, sobretudo, do pré-escolar ao escolar (secundário), ou seja, dos 6 aos 18 anos de idade, cumprindo assim o 12º ano de escolaridade obrigatória. Neste sentido criou-se alguns programas como o caso de TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária), como forma de melhorar o ensino no país.

Importa salientar que o atual percurso escolar existente é fruto da influência dos fatores históricos pertinentes sobre a educação no país, nomeadamente, a constituição política que em 1822 levou a criação de escolas primárias em todo o país que deu origem ao 1º ciclo do ensino básico; a reforma de Passos Manuel em 1836 impulsionou o surgimento de liceus, o que originou o ensino secundário – Científico/Humanístico com a possibilidade do ensino público e privado; reforma de Fontes Pereira de Melo (1852), levou a criação de ensino técnico industrial, originou o ensino secundário – Ensino Profissional Cursos Vocacionais; o Estado Novo que no ano de 1968 levou a criação de ciclo preparatório do ensino secundário, originou o 2º ciclo do ensino básico; a reforma de Veiga Simão de 1970 a 1973 que alargou a escolaridade obrigatória, aparecendo assim o 3º ciclo do ensino básico (Rodrigues e Heitor, 2015).

1.2- A Democratização do Ensino

O estudo acerca dos critérios de distribuição de turmas, implica fazer o seu enquadramento como parte integrante do contexto da democratização do ensino para que seja mais bem compreendida.

Em Portugal, a democratização do ensino esteve durante vários anos do Estado Novo (1933-1974), em silêncio. A reforma do sistema de ensino causada por Simão Veiga em 1973 veio despertar a democratização do acesso a todos (Sebastião e Correia, 2007).

Nesta linha de pensamento, a escolaridade obrigatória surgiu como instrumento da democratização do ensino, entendida como medida para combater o analfabetismo e promover

uma educação homogénea. De acordo com Almeida e Vieira (2006), Portugal apresenta uma situação paradoxal em termos educativos, isto porque, é um dos primeiros países europeus a estabelecer a escolaridade obrigatória, entretanto é um dos últimos a cumpri-la.

Segundo Lemos (2013), Portugal instituiu a escolaridade obrigatória em 1844, embora, na perspetiva de Ávila (2008), a expansão da escolaridade deu-se muito tarde em relação aos outros países da Europa e também a intervenção do estado. Estes fatores históricos influenciaram a educação no país.

Segue-se o quadro abaixo para acompanhar o evoluir das adoções da escolaridade obrigatória em Portugal.

As sucessivas formas de governo e as adoções da escolaridade obrigatória

Formas de Governo/Ideologia	Ano	Escolaridade Obrigatória
Liberalismo 1820 - 1910	1844	3 - 4 anos
I República 1910 - 1926	1911	3 anos
	1919	5 anos
Ditadura Nacional 1926 - 1933	1927	4 anos
	1930	3 anos
Estado Novo 1933 - 1974	1956	4 anos
	1964	6 anos
	1973	8 anos
Democracia 1974 – atualidade	1986	9 anos
	2009	12 anos

Fonte: elaborado pessoal com base nos dados retirados de (Lemos, 2013) e (Almeida e Vieira, 2006).

Contudo, no entender de Sebastião e Correia (2007) no que diz respeito à expansão da escolarização da sociedade portuguesa, é relevante saber de que tipo de escolarização se trata, isto é, se essa escolarização leva efetivamente à promoção da igualdade de oportunidades ou se a origem social continua sendo um fator determinante em promover o sucesso nos diferentes níveis de ensino.

Neste sentido surge o conceito de insucesso escolar, na medida em que, a garantia da igualdade de acesso à escola, não quer dizer necessariamente, que resultaria uma maior igualdade de oportunidades ou de sucesso.

Perrenoud (2001), afirma que a escola é provavelmente a única organização que apesar de lidar com pessoas tão diferentes, tenta ignorar essas diferenças por acreditar que o tratamento generalizado aos alunos seria suficiente. Não querendo com isso dizer que cada aluno é diferente dos outros ao ponto de haver vários tipos de ensino ou criar tantos programas quanto o número de alunos.

Diz Pires *et.al* (2001), que a escola deve desenvolver práticas pedagógicas compensadoras que permitam diminuir as desvantagens dos alunos mais desfavorecidos à entrada. Deve tratar de um modo especial os que estão em desvantagem, isto é, atender as necessidades de cada um.

A seleção dos critérios de formação de turmas que leve em consideração as diferenças individuais do aluno poderá, eventualmente, favorecer uma maior igualdade de oportunidades, o que não significa necessariamente o sucesso escolar do aluno, uma vez que, existem vários fatores que condicionam o sucesso escolar.

1.3- Sucesso Escolar

Vivemos num mundo globalizado e fortemente marcado pela competitividade e as organizações escolares não fogem à regra. Neste sentido, as instituições escolares precisam dar resposta à exigência deste mercado que tem nos conceitos de eficácia e eficiência os seus maiores aliados.

O estudo sobre o sucesso escolar em Portugal começa a ganhar ênfases na década de 1970. A ideia concebida antes desta data era a de que o sistema educativo era como uma “pirâmide”, isto é, a base larga e a medida que sobe ao topo estreita-se. Querendo com isso dizer que, muitos são convidados, entretanto, poucos conseguiriam chegar ao topo, atingindo os seus objetivos, por conseguinte o sucesso. Isto é, o sistema educativo deveria selecionar os alunos que considerassem com mais habilidades e condenassem os restantes ao insucesso e ao abandono escolar (Velo e Abrantes, 2013).

Entretanto, hoje graças aos princípios da democratização do ensino, esta filosofia não é levada em consideração, dando lugar a igualdade de oportunidades no acesso à educação como a condição fundamental (Lemos, 2013).

Segundo o autor, no que tange às políticas públicas de educação sobre a igualdade é possível reconhecer historicamente 3 fases. A primeira fase diz respeito à igualdade de acesso, isto é, ao direito de todos os cidadãos frequentarem a escola independentemente da sua origem social. Neste sentido, surgiu a escolaridade obrigatória como instrumento que garantisse à

igualdade de acesso. A segunda fase refere-se à igualdade de tratamento, ou seja, a igualdade de acesso aos recursos do serviço educativo. Neste caso, as políticas são direcionadas às camadas sociais mais desfavorecidas, nomeadamente os TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária). A terceira fase condiz à igualdade de resultados e competências (Lemos, 2013).

Veloso e Abrantes (2013), afirmam que em relação aos estudos sobre o sucesso escolar em Portugal e dado a realidade do país, consideram inquietante a carência de estudos científicos atuais, na medida em que, o estudo nesta área é fundamental para realização e o sucesso dos alunos.

Cortesão (1998), diz que vários trabalhos foram demonstrando que a igualdade de acesso que a escola de massa tenta oferecer não é normalmente acompanhada de uma igualdade de sucesso dos alunos que a frequentam. Muito pelo contrário, o sucesso acontece de forma desigual, nos diferentes grupos socioculturais que constituem a população escolar, sobretudo, ao nível de ensino básico, mas também nos outros níveis de ensino, podemos ver claramente que, de uma forma muito acentuada quem tem mais sucesso na escola são os alunos da classe média e classe média alta.

Como diz Bourdieu (1992), a instituição escolar não é neutra, isto porque, normalmente a escola trata a todos de maneira igual, todos assistem as mesmas aulas, são submetidos às mesmas formas de avaliação, obedecem as mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas oportunidades. Mas, na verdade, as oportunidades são desiguais. Alguns estariam numa condição mais favoráveis do que outros para atenderem às exigências, muitas vezes implícitas, da escola.

Normalmente, como forma de resolver ou minimizar o problema social torna-se necessário conhecer as causas do problema, para que possamos tomar as devidas precauções. Nesta linha de pensamento vamos analisar alguns fatores que no entender de Cortesão (1998), explicam as razões pelos quais alguns alunos não conseguem o sucesso escolar: condições socioeconómicas, meio envolvente da criança, grupo de pares, família, analfabetismo ou pais poucos escolarizados que não compreendam a importância da escola, nem o que se passa lá dentro. Neste sentido, não adianta a escola tratar todos os alunos da mesma forma, se são diferentes.

Recentemente, desenvolveu-se um novo olhar relativamente a esta questão, tendo deixado de atribuir a responsabilidade do insucesso escolar dos alunos, unicamente pelo facto de serem

provenientes de meios socioculturais desfavorecidos, o que lhes tornariam difícil atingir os saberes e culturas transmitidos pela escola. Alguns autores começaram a questionar a própria escola atribuindo-lhe algumas responsabilidades perante o facto, na medida em que, ela oferece normalmente um único tipo de ensino, para uma população escolar heterogénea quanto às origens sociais, geográficas, étnicas etc. (Cortesão, 1998).

1.4- Turmas Homogéneas e Turmas Heterogéneas

De acordo com Barreiros (1996: 97), “na turma teremos um conjunto de indivíduos (objetos) possuindo atributos (propriedades) que ao interagirem dão origem ao aparecimento das relações que cimentam o conjunto. E se a turma é um grupo artificial, nela se pode detetar, tal como nos grupos naturais, a existência de uma história, de uma evolução, de metas e regras próprias e de circuitos de comunicação entre os seus subsistemas e com os sistemas que lhe estão próximos”.

Salienta Cortesão (1998), que a turma pode ser entendida como um sistema de interações múltiplas, baseadas em orientações culturais e organizacionais que nem sempre se coincidem, cujos atores mais diretos são alunos e professores. Segundo Matos *et.al* (2012), constitui o pilar da organização escolar.

No início de cada ano letivo, são constituídas as turmas de alunos. Constitui um momento de extrema importância para o arranque do ano letivo. O sucesso escolar do aluno é condicionado por diversos fatores dentre os quais, a forma como as escolas distribuem as turmas e os critérios de seleção que utilizam. O modo de distribuir os alunos pelas turmas tem impacto nos resultados e no desenvolvimento social do aluno (Barreiros, 1996).

São várias as perspetivas acerca do processo de agrupamento dos alunos em turmas e o modo como as escolas fazem a gestão da diversidade. Alguns autores defendem que as turmas devem ser organizadas de forma homogénea e outros de forma heterogénea.

Afirma Barroso (1995), que com o aumento progressivo dos alunos tornou-se necessário desenvolver uma “pedagogia coletiva”, isto é, um ensino em simultâneo de vários alunos, dita por outras palavras, ensinar a muitos alunos como se fossem um só. Com isso os alunos passaram a ser divididos em classes, ou seja, agrupamentos de alunos organizados com base no princípio da homogeneidade – práticas já experimentadas nos finais do século XV nos “colégios dos irmãos da vida em comum”, congregação de ensino nascida nesse século nos Países baixos.

A homogeneidade do grupo era importante para garantir a eficácia do ensino. Dado a expansão da escolarização, a divisão dos alunos em classe passou-se a divisão em turmas.

A preocupação com a homogeneidade (de idade, sexo, nível de rendimento, nível social) constitui o princípio dominante utilizado pelos diretores na constituição de turmas. Entretanto, alguns diretores perceberam que organizar turmas de nível, particularmente, quando se juntam os alunos com rendimento escolar elevado numa turma (geralmente turma A) e os alunos “fracos” nas outras turmas poderia influenciar negativamente os mais fracos. Por isso, muitas vezes optavam como experiência em formar turmas heterogêneas como por exemplo, distribuindo os alunos tidos como “bons” e “fracos” de uma forma equilibrada por todas as turmas (Barroso, 1995).

Duru-Bellat e Mingat, (1997), realçam que alguns investigadores defendem que uma turma onde os alunos têm características semelhantes progredem melhor quanto mais elevado for o nível médio da turma que frequentam. Isto é devido ao fator “efeito turma” que significa quando os alunos dentro de uma turma são influenciados e motivados positivamente quanto mais elevado for o nível médio dos alunos.

Quando se fala em homogeneidade/heterogeneidade é importante explicar que se refere à constituição de turmas segundo determinadas propriedades partilhadas, como sejam a idade, género, nível socioeconómico, rendimento escolares, etc.

Nas turmas homogêneas, os alunos são escolhidos na maior parte das vezes pelo critério de mérito, medido através do rendimento escolar, que confirma as diferenças sociais e pode separar os alunos ao nível da sala de aula. De acordo com a maior parte das pesquisas, a formação de turmas homogêneas aumenta as diferenças de aproveitamento entre os alunos com mais rendimento escolar e os com menor rendimento (Riordan, 2004).

A formação de grupos homogêneos segundo o aproveitamento dos alunos para facilitar o trabalho do professor e elevar o rendimento dos alunos, é uma prática encontrada em alguns sistemas escolares (Gomes, 2005).

Gomes (2005), realça que quando se mistura os alunos de alto e baixo desempenho na turma pode diminuir o nível de ensino e aprendizagem o que dificulta a excelência. Alguns estudos mostram que a estratificação dentro das salas de aula diferencia os alunos, isto é, os alunos que assistem turmas que são consideradas de nível superior têm mais possibilidade de obter melhor

rendimento, enquanto que os alunos que frequentam turmas com um nível de conhecimentos inferior, o aproveitamento tende a diminuir.

Os defensores da distribuição de turmas por nível dizem que grupos homogêneos de alunos são mais fáceis de ensinar, na medida em que, os professores vão trabalhar com alunos onde há menor diferenças individuais entre os mesmos (Cohen *et.al* 1982).

Em contrapartida, aqueles que partilham da opinião contrária argumentam que a formação de turmas por nível conduz a uma desigualdade desnecessária entre os alunos que estão num percurso mais elevado, estigmatizando os grupos de nível inferior (Ibidem).

No entender de Ireson e Hallam (2001), a constituição de turmas heterogêneas favorece a uma melhor adaptação a nível social de todos os alunos, facultando aos alunos com nível inferior o contacto com realidades positivas de aprendizagem.

Perante uma turma homogênea relativamente aos níveis dos alunos, torna-se mais fácil encontrar atividades e o ritmo de aprendizagem adequado e que adapte a todos. A constituição de turmas homogêneas, em que os alunos são reunidos em função das suas aptidões ou dos seus níveis de excelência escolar faz com que os alunos considerados com bom nível de aproveitamento beneficiem de um ensino qualitativamente e quantitativamente superior ao dos alunos qualificados com fraco nível de aproveitamento, em relação aos resultados escolares, o que faz aumentar as diferenças individuais rompendo assim com todos os princípios de igualdade (Crahay, 2002).

Já em relação a turmas heterogêneas, o professor irá sempre muito depressa e muito devagar: demasiado depressa para os alunos com o nível de aprendizagem mais lento, demasiado devagar para os alunos com o nível de aprendizagem mais rápido. Neste sentido, nas escolas onde a constituição de turmas rege pelo princípio da heterogeneidade, os alunos são mantidos pela flexibilidade e perante os alunos excepcionalmente considerados como “melhores”, devemos fazê-los avançar (Ibidem).

Abrantes (2010), defende a heterogeneidade e indica que, por um lado, agrupar alunos com dificuldades é bom, mas, por outro lado, é mau, visto que estes acostumam-se com notas baixas, dado que os colegas também possuem um nível baixo, por conseguinte, não são estimulados.

No entender de Matos *et.al* (2012), a composição de uma turma em termos de uma maior ou menor heterogeneidade de constituição em relação a determinadas características dos alunos

nomeadamente: o género, a idade, o estatuto sociocultural, a acessibilidade, a atitude face à escola, o apoio complementar, entre outros, ganha uma relevância especial.

Perrenoud (2001), afirma que os professores almejam turmas menos numerosas com organização mais flexível o que não é possível. O professor deve adaptar-se à sua realidade, identificar e tentar superar as limitações dos seus alunos e promover com eficácia o processo de ensino e aprendizagem.

Alguns estudos realizados comprovam que a estratificação dentro das escolas e das salas de aula diferencia os alunos, isto é, os alunos que frequentam turmas que são consideradas de nível superior têm mais probabilidade de conseguir melhor aproveitamento, enquanto entre os alunos que frequentam turmas com um nível de conhecimentos inferior, o aproveitamento tende a diminuir. Torna-se relevante referir que os colegas desempenham um papel pertinente relativamente à motivação para a aprendizagem e aquisição de conhecimentos, uma vez que estes exercem influência e transmitem conhecimentos entre si (Gomes, 2005).

Na perspetiva de Antunes e Sá (2010), não é conveniente distribuir os alunos consoante as suas capacidades de conhecimento, numa sociedade democrática.

Dado a complexidade do processo de distribuição dos alunos nas turmas, conforme podemos ver ao longo do trabalho, tanto a formação de turmas homogéneas como heterogéneas possuem vantagens e desvantagens e os autores apresentam perspetivas diferentes, uns são a favor a heterogeneidade e outros defendem a homogeneidade na constituição de turmas. Nesse sentido, há escolas que tentam conciliar essas duas formas. O Ministério da Educação e Ciência nas suas orientações defende a heterogeneidade na formação de turmas, entretanto, as escolas adaptam essas orientações à sua realidade. Nesse sentido, há escolas que optam pela formação de turmas heterogéneas, mas conforme a realidade da escola e características de alunos criam grupos homogéneos temporários. Nessa linha de pensamento, encontramos escolas com projetos como “Turma Mais” e “Fénix”, com objetivo de minimizar as diferenças individuais e favorecer a igualdade de oportunidades entre os alunos.

“Turma Mais” consiste em agrupar alunos procedentes de várias turmas do mesmo ano de escolaridade, com a mesma dificuldade numa determinada disciplina, na mesma turma por um período temporário. É uma turma sem alunos fixos caracterizada pela forma diversificada de organizar os alunos na turma. Usa pedagogias diferenciadas e formas variadas de organizar turmas, de modo a permitir um ensino colaborativo. Cada grupo específico de alunos está

sujeito a um horário de trabalho semelhante ao da sua turma de origem, com a mesma carga horária, o mesmo professor por disciplina e pode-se beneficiar de um apoio mais próximo e individualizado. No decorrer do ano, os alunos vão entrando e saindo da “Turma Mais” consoante vão obtendo um ritmo de aprendizagem próximo dos seus pares que estão na turma “raiz” (Direção Geral da Educação, 2011).

O projeto “Fénix”, permite dar um auxílio mais particularizado em função do ritmo de aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de língua Portuguesa, Matemática ou outra reconhecida pela escola. Na “Turma Fénix” também são agrupados alunos que carecem de um maior apoio para recuperar aprendizagens e são agrupados por um período temporário. Quando o aluno consegue atingir o nível de desempenho esperado regressa à sua turma de origem (Direção Geral da Educação, 2011).

Relativamente a constituição das turmas, encontramos um conjunto de orientações e recomendações que apontam para a necessidade de definir determinados critérios e procedimentos (Matos *et.al* 2012).

1.5- Formas Utilizadas pela Escola na Organização de Turmas

Na perspetiva de Cortesão (2007), é do conhecimento dos professores que trabalham em escolas da existência de turmas que são referidas como “boas”, “médias” e “turmas problemas”. É muito importante entender por que se juntaram na mesma turma tantos alunos “bons” ou “maus” mesmo que não tenha havido a intenção de agrupar pessoas com características semelhantes na mesma sala. Seria importante entender por que se agiu de maneira a diminuir a riqueza da heterogeneidade. Para entendermos este fato, o autor, apresentou algumas das diferentes formas a que se recorre na organização de turmas:

- 1- Pedidos feitos pelos Encarregados de Educação como prioridade;
- 2- Idade dos alunos, agrupando os que têm aproximadamente a mesma idade;
- 3- Zona de origem tendo em conta a relação de vizinhança ou de amizade;
- 4- Dos grupos que vêm de outras escolas e que têm ligações fortes que não querem quebrar;
- 5- Do tipo de percurso académico anterior (êxitos, repetências etc.);
- 6- Dos grupos sociais e étnicos;
- 7- Das opções que fazem relativamente à frequência de algumas disciplinas.

Diz a autora, na conversa com os professores e com as organizações que adotaram uma ou até mais que uma destas formas, podemos verificar que em todos estes casos se justifica a opção escolhida com argumentos aparentemente válidos. Isto porque, na verdade esses argumentos de uma forma inconsciente favorecem alunos que à partida apresentam melhores condições de progredir no sistema ou fazem com que um determinado professor fique com um grupo de alunos que dê menos trabalho e mais rendimento.

1.6- A Ilusão Inconsciente das Formas Utilizadas na Formação de Turmas

1.6.1- Organizar turmas atendendo aos pedidos dos Encarregados de Educação

Considerando os pedidos dos Encarregados de Educação, estaremos a organizar turmas em função dos interesses dos pais pertencentes a classe média ou média alta, pois, são pais bem instruídos que sabem quando é que a escola começa a organizar as turmas, sabem qual o horário que mais lhes convém e sabem que as turmas da manhã normalmente, são as que têm professores com mais experiência. Entretanto, se a escola se submeter a este pedido na formação de turmas estará a recorrer a um critério muito seletivo, embora inconscientemente, isto porque pode parecer justo atender a pedidos de quem se manifesta primeiro (Cortesão, 1998).

Antunes e Sá (2006), afirmam que a maior parte dos dirigentes escolares recusava a constituição de turmas de nível. Entretanto, alguns Encarregados de Educação procuram fazer que os seus educandos sejam integrados em determinados grupos de alunos acabando por influenciar na constituição de turmas.

1.6.2- Idade dos alunos, agrupando os que tem aproximadamente a mesma idade

Estaremos a organizar turmas juntando alunos que tiverem percursos escolares idênticos de sucesso ou insucesso. Isto porque, este sucesso ou insucesso é desigualmente distribuído nos diferentes grupos socioculturais. Se considerarmos a idade em que pela primeira vez os alunos entram na escola, vários estudos demonstraram que os pais possuem uma cultura próxima da escola e por conseguinte, inscrevem os filhos na escola assim que a lei o permite. Essa pressa em matricular os filhos na escola não acontece por todos os grupos socioculturais minoritários. Sendo assim, as turmas formadas com alunos mais novos são normalmente constituídas por alunos provenientes de meios mais favorecidos. Entretanto, esse critério pode ser defendido por professores e escolas com as melhores das intenções, sem levar em conta que poderá ser seletivo (Cortesão, 2007).

Dentro da aula, a organização pedagógica das turmas constitui um dos aspetos mais críticos relativamente à análise do desempenho escolar, uma vez que, afeta o processo de socialização de normas do grupo, a qualidade de aprendizagem, isto porque, influencia a atuação dos professores, sobretudo, na definição de objetivos e níveis de exigência a estabelecer (Verdasca *et.al* 2005).

1.6.3- Do tipo de percurso académico anterior de êxitos ou repetências

Considerar o tipo de percurso académico anterior contribuirá para agrupar na mesma turma grupos com origens socioculturais semelhantes, o que acabará por se juntar na mesma turma alunos em função da classe social de origem. Sendo que o sucesso e o insucesso se distribuem de modo desigual nas crianças de meios socioculturais diferentes (Cortesão, 2007).

1.6.4- Dos grupos sociais e étnicos

Atender aos grupos sociais, poderá contribuir para manter estes grupos fechados sobre si em situação de sucesso ou insucesso, estimulando a autoconfiança de uns e inferiorizando a autoimagem de outros. Isso acabará por ser um critério seletivo que promoverá a formação de turmas homogéneas (Cortesão, 2007).

Bourdieu (1992), fala da herança familiar e suas implicações escolares. Segundo ele, a origem social do individuo influencia muito o seu resultado escolar, defendendo que os alunos provenientes de camada social onde os pais têm o nível de escolaridade mais elevado possuem uma linguagem mais próxima daquela que se utiliza na escola, por conseguinte, têm maior probabilidade de ter o sucesso escolar. Enquanto, os de classe social onde os pais têm um nível de escolaridade mais baixo possuem um código que se distancia daquele utilizado na escola, por isso, estão mais vulneráveis em relação aos resultados escolares.

Estes critérios não são neutros na organização de turmas, apesar de que encontremos razões que os legitimem. É importante que se consciencialize que todos podem ter efeitos seletivos e favorecer a homogeneidade. É preciso estar atento, sobretudo, se se encarar a heterogeneidade como fonte de desenvolvimento e enriquecimento mútuo. Todos estes critérios aparentemente podem parecer justos e legítimos, mas, quando analisados podemos ver que se constituem critérios seletivos e que favorecem os alunos de grupo sociocultural que estão em situação de vantagem. Nessa linha de pensamento, os critérios adiantados oficialmente para organizar as turmas, já tomam em consideração, de forma prudente, muitas destas questões. Em relação a

idades, que não devem constituir-se turmas apenas com alunos de 10,11,12 e 13 anos e também não incluir numa turma alunos de níveis etários diferenciados. Afirma-se também que deve proceder à integração de alunos reprovados e retidos em turmas de alunos do mesmo nível etário e que não se devem concentrar os reprovados na mesma turma. Aconselha-se ainda que o número de alunos do sexo feminino e masculino deve ser sensivelmente igual (Cortesão, 2007).

1.7- Orientações do Ministério da Educação e Ciência na Constituição de Turmas

Os dados do Ministério da Educação e Ciência do ano letivo 2015/2016, através do Despacho Normativo nº 7-B/2015, publicado no diário da República, 2ª série, nº 88, de 7 de maio de 2015, estabelecem os procedimentos da constituição de turmas.

O artigo 17º do despacho refere que, por um lado, deve-se prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo e no regulamento interno do estabelecimento de educação e ensino e compete ao diretor aplicá-los no quadro de uma gestão eficaz e rentável de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do presente despacho normativo.

Por outro lado, a formação de turmas deve respeitar a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor, após ouvir o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Numa pesquisa científica a definição do problema é de extrema relevância, visto que, possibilita a organização de todo o processo de investigação. Desta forma, no entender de Sampieri *et.al* (2006), é indispensável identificar o problema de forma clara, inteligível e precisa.

Existem vários métodos para uma pesquisa científica, tendo em vista que os métodos de investigação variam de problema para problema (Pinto, 1995). Para o nosso estudo optamos pela análise documental e a entrevista semiestruturada.

2.1- Análise documental

A análise documental busca identificar informações fatuais nos documentos, a partir de questões ou hipóteses de interesses. Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador (Ludke, *et.al* 1986).

2.2- Entrevista

As entrevistas possibilitam-nos uma troca entre o pesquisador e o entrevistado, facilitando a obtenção de conhecimentos profundos sobre o assunto em questão (Quivy e Campenhoudt 2008).

A entrevista pode ser feita de forma estruturada, semiestruturada e não estruturada. A diferença entre esta estruturação está relacionada com o papel do entrevistador que é diferente, de acordo com a existência ou não de um guião previamente definido (Taylor, 2007).

No entanto, Aristides Ferreira *et.al* (2015), diz que numa entrevista estruturada existe um guião fixo e determinado que modera o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, caracterizado como sendo inflexível cujo processo de comunicação é muito formatado. Enquanto que a entrevista semiestruturada apesar de existir o guião que orienta a entrevista, mas pode haver momento em que o entrevistador improvise questões que não estavam predefinidas no guião. As questões predefinidas são uma diretriz, mas não definem a forma como a entrevista irá decorrer, isto porque, as questões não têm de ser colocadas exatamente como foram inicialmente definidas.

A entrevista não estruturada não apresenta um guião predefinido e a comunicação entre o entrevistado e o pesquisador é mais flexível permitindo a adaptação da entrevista às características dos entrevistados (Aristides Ferreira *et.al* 2015).

2.2.1- Entrevista Semiestruturada

Entrevistas semiestruturadas foram feitas à professora responsável pela constituição de turmas, aos diretores de turmas do 7º ano de escolaridade e ao presidente da associação de pais.

Optamos pela entrevista semiestruturada, uma vez que, um dos processos mais diretos para encontrar informações sobre um determinado fenómeno, consiste em formular questões às pessoas que, de algum modo, nele estão envolvidas. As respostas de cada uma das pessoas, vão refletir as suas perceções e interesses. Dado que pessoas diferentes têm também diferentes perspetivas, pode surgir assim um quadro razoavelmente representativo da ocorrência ou ausência de fenómeno e, sua interpretação (Tuckman, 1994).

A apresentação das mesmas questões a diferentes pessoas é uma estratégia para obter uma variedade de perspetivas sobre essas mesmas questões (Ibidem).

O objetivo principal deste estudo é conhecer os critérios utilizados pela escola na distribuição das turmas do 7º ano de escolaridade do 3º Ciclo de Ensino Básico, numa escola pública do concelho de Lisboa, que pelo motivo de confiança, denominamos de Escola Laranja. Porquê as turmas do 7º ano de escolaridade? Levando em consideração que o 7º ano de escolaridade constitui o início de um novo ciclo, partimos do princípio que o processo de formação de turmas tem tendência a ser mais complexo.

Na sequência do nosso estudo, elaboramos três guiões (Anexo), aplicados aos diretores de turmas, ao responsável pela formação de turmas e ao presidente da associação de pais em função dos nossos objetivos, organizados em 4 grupos distintos.

O guião aos diretores de turma é formado por quatro partes: procedimentos da escola na formação de turmas, onde pretendemos saber se têm conhecimento dos critérios utilizados pela escola na formação de turmas; temática da homogeneidade/heterogeneidade, que diz respeito a perceção que os entrevistados têm sobre as características que compõem os alunos nas turmas; apreciação, onde pretendemos conhecer a sua opinião relativamente ao processo de formação de turmas, às vantagens ou desvantagens em relação a turma heterogénea e homogénea,

critérios da distribuição dos alunos nas turmas; resultados escolares, designados a saber os resultados conseguidos, mediante o critério definido na elaboração de turmas.

O guião ao responsável pela constituição de turmas é constituído por quatro partes: políticas da escola na formação de turmas, onde pretendemos compreender como funciona este processo, se há na escola política de formação de turmas, caso houvesse quem e quando definiu essa política. Existe algum documento formal da escola que define a política de formação de turmas; homogeneidade/heterogeneidade, se existe uma política específica relativamente a esta questão, se há turmas que habitualmente se designam de “turmas boas” e “turmas fracas, em relação aos alunos repetentes; se existe alguma orientação para a inserção dos mesmos nas turmas; pedidos para a inclusão de determinados alunos em determinadas turmas, queremos saber se já lhes aconteceram casos de pedidos externos (exemplo, Pais/ Encarregados de Educação) para a inclusão dos alunos em determinadas turmas; opinião, cujo objetivo é conhecer a sua opinião acerca dos critérios da escola na distribuição dos alunos pelas turmas e se considera que as características da turma em que o aluno está inserido pode influenciar as suas oportunidades de sucesso.

O guião ao presidente da associação de pais é composto por quatro partes: procedimentos da escola na formação das turmas, onde pretendemos saber se tem conhecimento dos critérios de constituição de turmas utilizados pela escola, se concorda com eles ou acha que deveriam ser outros, se participa nessas decisões; pedidos para a inclusão de determinados alunos em determinadas turmas, pretendemos saber se os Encarregados de Educação recorrem à associação de pais para a inclusão dos seus educandos em determinadas turmas e se tem conhecimento que os pais recorrem a outras formas para a inserção dos seus educandos em determinadas turmas; heterogeneidade/homogeneidade, tem conhecimento das características dos alunos que compõem as turmas e de turmas que habitualmente se designam de “turmas boas” e “turmas fracas”; opinião, acha que se devem juntar na mesma turma alunos com características semelhantes relativamente a (idade, sexo, rendimento escolar, situação socioeconómica e reprovações).

2.3- Participantes

Este estudo ocorreu no ano letivo 2018/2019, cuja população-alvo foram 5 docentes/diretores das turmas do 7º ano de escolaridade, uma docente responsável pela formação de turmas e o presidente da associação de pais da escola Laranja.

2.4- Caraterização da instituição

A Escola Laranja, é uma Escola Pública que se situa na cidade de Lisboa, escola sede do Agrupamento. Para além desta escola, este Agrupamento conta ainda com mais três escolas.

2.5- Procedimentos de recolha de dados

As informações foram recolhidas junto dos professores/diretores de turmas, após permissão do diretor da escola, que por sua vez falou com os participantes. Após o consentimento dos mesmos, iniciamos à entrevista semiestruturada em maio de 2019, durante o período de aulas. Fizemos a entrevista individualmente à cada participante, no qual explicamos o objetivo da pesquisa.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, analisamos os dados recolhidos através da entrevista semiestruturada aos diretores de turmas, responsável pela constituição de turmas e representante de Pais e Encarregado de Educação.

3.1- Procedimentos/política da escola na formação de turmas

Segundo o “Despacho Normativo N.º 7-B/2015, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril e pelo Despacho Normativo n.º 1-B/2017, de 17 de abril”, as turmas do 3º ciclo do ensino básico devem ser constituídas por um número mínimo de 28 alunos e um máximo de 30 alunos. Os alunos repetentes devem ser distribuídos de uma forma equilibrada, pelas várias turmas, ou seja, devemos evitar por os alunos retidos juntos na mesma turma. Sempre que possível, auscultar e respeitar as indicações do conselho de turma e/ou Equipa Pedagógica. De igual modo, os alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) devem ser distribuídos pelas diferentes turmas, ouvindo os professores de Educação Especial e/ou o SPO. A formação de turmas deve respeitar a heterogeneidade das crianças e jovens.

As orientações dadas pelo Ministério da Educação e Ciência de uma forma geral, referem-se aos limites dos números de alunos na turma, particularmente, aos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais), aos alunos repetentes e indica que a formação de turmas deve basear-se no princípio da heterogeneidade. Em relação a definição de critérios de constituição de turmas, cabe à escola a função de gerir e aplicar.

De acordo com as informações da entrevista, verificamos o seguinte:

Não há na escola uma política específica de formação de turmas, ou seja, não existe nenhum documento formal da escola que define a política de constituição de turmas. Há alguma orientação por parte do Ministério da Educação e Ciência, porém, a direção da escola tem uma certa liberdade na definição desses critérios. Neste sentido, a escola tende a formar as turmas do 7ºano com os alunos transitados do 6º ano, tenta ao máximo não pôr os alunos repetentes na mesma turma, de igual modo os alunos com necessidades educativas especiais e aqueles que não têm bom comportamento.

Questionando a responsável pela formação de turmas sobre a existência de documento formal da escola que define a política de constituição de turmas ela respondeu:

“Não tem um documento específico” (Entrevista1).

“As turmas são feitas geralmente com os alunos que transitam do 6º para o 7º ano. Os alunos vão transitando de ano e vão continuando na mesma turma. Depois há alunos que são inseridos nessas turmas. Aqui mantém-se as turmas, desde a primária” (Entrevista2).

“Eu conheço os critérios desta escola porque já por 2 anos não consecutivos fiz parte da formação de turmas e os critérios têm em conta aqueles que são emanados pelo Ministério da Educação. Têm a ver com o facto de tentarmos o máximo possível manter os alunos da turma, tentar não pôr os alunos que têm mau comportamento todos juntos, mas sobretudo é, as turmas vêm do 1º ciclo. Nós recebemo-las e é tentar não só seguir as indicações que os professores do 1º ciclo nos dão relativamente a cada uma dessas turmas e alguns alunos” (Entrevista3).

“São definidos no Conselho Pedagógico, do qual eu faço parte. São vários, tem a ver com a idade dos alunos, com a turma que eles pertencem já no ano anterior, portanto, em geral tenta-se manter as turmas a não ser que haja alguma indicação em contrário. Portanto as turmas têm de ter neste momento 28 alunos o máximo, a não ser que tenham alunos com problemáticas que façam com que a turma tenha menos alunos (alguma deficiência) há determinadas alíneas que obrigam isso, de resto são 28 alunos e vão-se mantendo ao longo dos anos” (Entrevista4).

“Somos um agrupamento formado por várias escolas e com as orientações do 1º ciclo fazemos as turmas do 2º ciclo e 3º ciclo, normalmente as turmas mantêm-se de raiz e se houver um caso específico que precisa ser alterado, alteramos” (Entrevista5).

“Não há uma política específica de formação de turmas, a única orientação do ministério de educação é em relação ao número de alunos por turma, isto é, o número máximo de alunos por turma” (Entrevista6).

Constatamos que as turmas do 7º ano, na perspectiva de maioria dos entrevistados, são feitas geralmente com os alunos que transitam do 6º para o 7º ano. Por vezes as turmas vêm desde o 1º ciclo, na medida em que, os alunos vão transitando de ano e vão continuando na mesma turma, entretanto, são levadas em consideração as opiniões dos professores e diretores do ano anterior e caso seja necessário são feitas algumas alterações.

Os agentes escolares têm a noção das diferenças individuais que existem entre os alunos ao nível socioeconómico, rendimento escolar, cultural, familiar, grau de instrução dos Pais e Encarregados de Educação e têm conhecimento que estas fazem toda a diferença, entretanto, o processo de constituição de turmas não leva a sério esta realidade, como diz Perrenoud (2001), a escola apesar de lidar com pessoas tão diferentes, ou seja, apesar do público escolar ser muito heterogéneo a escola tenta ignorar essas diferenças e acreditar que o tratamento igualitário aos alunos seria suficiente.

3.2- Como se organizam os alunos do 7º ano de escolaridade pelas diferentes turmas?

“O que se tem de ter em primeiro ponto é o continuar, portanto os alunos que transitam do 6º ano, tentar manter a base da turma, ou seja, a raiz, depois há os alunos que reprovam e depois é preciso inserir alunos nessa turma. Qual é a preocupação que se tem? É tentar inserir nessas turmas os alunos que nós percebemos que podem ser incluídos, tendo em conta as características, separar os alunos repetentes do 7º ano. Esses alunos normalmente ou mantêm-se na turma, mas tenta-se distribuir” (Entrevista7).

“Basicamente tem a ver com a turma donde vem do 6º ano, porque eles como estão cá a partir do 5º depois passam para o 6º enquanto turma que, à partida vai manter-se igual a não ser que, ou algum menino não transite. Muitos alunos vêm desde os três anos sempre na mesma turma, sempre no mesmo grupo que depois vai passando de uns anos para os outros, chegam aqui vem para o 5º depois passam para o 6º, do 6º mantêm-se para o 7º ano” (Entrevista8).

“Eles são distribuídos de acordo com o início do 1º ciclo, tendencialmente os grupos de turmas mantêm-se ao longo dos anos, tenta-se manter a turma de raiz, portanto, as turmas que eu tenho do 7º ano já vêm desde o 1º ciclo” (Entrevista9).

“Os alunos quando reprovam são distribuídos pelas turmas de acordo com as suas próprias características, por exemplo, se for uma turma muito calma e for um aluno que reprovou que é desestabilizador, é um aluno complicado em termos de comportamento tenta colocar numa turma que seja calma, portanto que os elementos tenham características diferentes daquele aluno, tenta-se distribuir de forma a não estragar as turmas também” (Entrevista10).

Apesar do 7º ano de escolaridade ser o início de um novo ciclo (3º ciclo do Ensino Básico), onde o processo de formação de turmas tem tendência a ser mais complexo, podemos verificar através das informações da entrevista, que a escola tende a formar turmas basicamente com os

alunos transitados do 6º ano e por vezes, os alunos já vêm desde o 1º ciclo na mesma turma. No entender de Barreiros (1996), o critério que a escola utiliza na distribuição dos alunos nas turmas constitui um dos fatores que influencia o sucesso escolar do aluno, neste sentido, os critérios devem ser definidos de acordo com a realidade de cada escola.

3.3- Os professores indicam preferência por determinadas turmas?

“Sim, podem dizer, não quer dizer que seja cumprido. Os professores indicam sim a preferência de continuar com as turmas e se houver a possibilidade o pedido é aceite, mas se realmente não houver a possibilidade não é aceite” (Entrevista15).

“Sim, nós no fim do ano fazemos aquilo é que chamamos a “mancha horária”, o Sr. diretor dá-nos uma folha onde nós pomos o nosso nome e depois fazemos nós, por exemplo: no Inglês somos 3 professoras, nós temos de dividir o 3º ciclo, faz de conta 12 turmas temos de dividir as 12 turmas por 3 professores temos de fazer o horário” (Entrevista16).

“Sim, no final do ano a direção dá a hipótese de os professores pedirem as turmas que pretendem, há professor que se incompatibilizam ou que não gostou de uma turma até poderá ter a turma no ano letivo que vem, mas geralmente tem a possibilidade de escolher ou não essa turma, se isso lhe é atribuído ou não é uma outra questão. O professor pode escolher as turmas” (Entrevista17).

“Sim, na distribuição do tempo de serviço” (Entrevista18).

“São nos atribuídas as turmas e nem se sequer temos hipótese de manifestar preferência nenhuma, pelo menos, quando eu entrei ninguém me perguntou nada em relação às turmas. Deram-me as turmas, deram-me os horários já constituídos” (Entrevista19).

Em relação a preferência para lecionar determinadas turmas, 4 diretores de turmas indicam que podem demonstrar a preferência, mas a direção pode aceitar ou não, depende da disponibilidade. Apenas um professor que estava a lecionar pela primeira vez na escola, afirmou que recebeu o horário e que não lhe perguntaram nada em relação à sua preferência.

Na perspetiva de Perrenoud (2001), os professores pretendem turmas mais flexíveis em termos de organização, menos numerosas cujo processo de ensino e aprendizagem seja menos complexo, o que não é possível. Realça que o professor deve adaptar-se à sua realidade, reconhecer e tentar superar as dificuldades dos seus alunos e promover o processo de ensino e aprendizagem.

3.4- Na sua opinião, as turmas são tendencialmente heterogéneas ou homogéneas?

“Heterogéneas (muito bons alunos e maus). Mistura de aluno” (Entrevista20).

“Têm tendência para ser mais heterogéneas” (Entrevista21).

“Quase impossível encontrar uma turma homogénea, a homogeneidade existe apenas na idade, porque cada aluno são pessoas diferentes. Eles têm características diferentes, ritmos de aprendizagem diferentes, portanto turmas homogéneas são chamadas turma de “elite” que é quando nós juntamos muito bons alunos e esta escola não tem alunos com estas características. Somos uma escola TEIPE, apanhamos aqui uma zona complicada, uma zona limite de Lisboa temos bons alunos, agora turmas 100% com excelentes resultados é quase impossível, agora sim temos turmas que têm melhores alunos e outras, alunos com piores resultados, mas isso também tem a ver com as próprias características de cada um” (Entrevista22).

“Agora turmas homogéneas sempre é quase impossível fazer porque cada aluno é um caso e, portanto, cada um tem de ser tratado de forma diferente. Nós temos de ir ao encontro disso e toda a legislação que tem saído nestes últimos tempos vai nesse sentido que cada aluno é um caso diferente e temos que envolvê-lo, incluí-lo, e nós é que temos de ir ao encontro deles, do que que ele gosta mais, ensinar de uma forma mais prática, mais envolvente e buscar temas que eles gostem” (Entrevista23).

Todos os diretores de turma concordam que as turmas tendem a ser heterogéneas em relação ao conhecimento, resultados escolares, situação socioeconómica, idade, isto é, as turmas são constituídas com alunos diferenciados, cujas características se diferenciam uma da outra. Na perspetiva de Antunes e Sá (2010), numa sociedade democrática, distribuir os alunos nas turmas de uma forma heterogénea seria o mais apropriado. O próprio Ministério da Educação e Ciência nas suas orientações recomenda a formação de turmas heterogéneas.

Crahay (2002), afirma que nas escolas cujos alunos são agrupados de forma heterogénea, são mantidos pela flexibilidade e aos alunos considerados como “bons”, devemos fazê-los progredir.

3.5- Tem conhecimento de algumas turmas que se designam de “turmas boas” e “turmas fracas”? Quais?

“No 7º ano eu acho, eu não tenho todos os 7º anos, eu só tenho 2, um deles realmente é fraquinho 7º E, e o 7º D comparativamente é melhor” (Entrevista24).

“Eu tenho 3 turmas, há turmas que se destacam em termos de aproveitamento, das minhas é a turma D, C. Normalmente as turmas A e B que são intituladas como as melhores, mas eu acho que não é bem assim. A minha (7º E) se destaca em termos de cidadania. Mas de uma forma geral B é melhor” (Entrevista25).

“Digamos que dantes havia turma A era sempre melhor, do 7ºA a 7ºE era sempre do melhor a mais fraca. Hoje em dia isso já não acontece porque todas as turmas têm uma heterogeneidade muito grande não ao nível de idade, porque, idade é mais ou menos homogéneo. O que eu chamo de heterogéneo é a origem social de alguma forma nota-se, e também se repercute depois na avaliação ou famílias mais presente, há também muitas famílias monoparentais ou muitos meninos que passam uma semana com o pai uma semana com a mãe o que também desestabiliza a própria criança, vê-se agora não posso trazer o livro porque ficou em casa da minha avô, porque ficou em casa do meu pai ou então não posso trazer o recado assinado ou o teste assinado porque o meu pai não é o meu Encarregado de Educação e pronto aquilo é assim um bocadinho às vezes mais difíceis de gerir” (Entrevista26)”.

“A turma 7ºE é capaz de ser mais fraca, não tenho E, mas penso que seja mais fraca, alguns têm um bocadinho mais problemas de comportamento porque os miúdos ainda são também muito pequenos, muito infantis isso aliado a falta de concentração a estes problemas familiares também depois eles tornam-se um bocado mais irrequietos mais respostas e às vezes é um bocadinho mais difícil ao nível de comportamento. A turma E talvez seja uma turma mais fraca no comportamento, eu só tenho A, mas pelo que oiço a B é um bocadinho mais difícil no comportamento” (Entrevista27).

“Não, daí a questão da heterogeneidade que existe uma grande diversidade dentro do mesmo grupo de turma, procura-se não se fazer grupo completamente homogéneas. Só tenho duas turmas A e C. A é melhor que C” (Entrevista28).

“Tenho 7º E por exemplo, são meninos, sobretudo, da etnia cigana que nem vêm às aulas e muitos meninos que vinham de um percurso curricular alternativo. Portanto, esses meninos que transitaram à turma do percurso curricular alternativo é uma turma de 2º ciclo. Os que transitaram para o 7º ano são distribuídos pelas várias turmas, mas houve uma turma que é esse 7º E que se calhar dada as características têm meninos da etnia cigana que vêm menos às aulas e que não gostam da escola, puseram assim mais alunos com essas características nessa turma, portanto é uma turma mais fraca. A turma 7º A é melhorzinha e o 7º B” (Entrevista29).

“Nem uma coisa nem outra coisa. Quando fazemos as turmas não fazemos para ser homogêneas ou heterogêneas. Mas às vezes pode ter uma turma mais boa que outra, mas nada premeditadamente. Pode haver boa ou fraca, mas a intenção inicial não é de ter boa ou má, mas no decorrer das aulas deparamos com “turmas boas” e “turmas fracas”” (Entrevista30).

Segundo as informações dos entrevistados, na escola existem 5 turmas do 7º ano de escolaridade de 7ºA ao 7ºE. Constatamos que existem turmas intituladas de “turmas boas” no caso 7ºA e 7º B e “turma fraca” que é o 7ºE.

Conforme as indicações dos mesmos, a turma do 7ºE é composta por meninos cuja maioria apresentam as mesmas características. São alunos, sobretudo, da etnia cigana que possuem uma cultura diferente dos demais, faltam muito às aulas, possuem grandes dificuldades ao nível social, económico, psicológico e que vêm de meios sociais muito complicados, famílias desestruturadas e alguns deles têm pais presos.

“Houve uma turma que é esse 7º E que, se calhar, dada as características têm meninos da etnia cigana que vêm menos às aulas e que não gostam de escola, puseram assim mais alunos com essas características nessa turma, portanto é uma turma mais fraca. A turma 7º A é melhorzinha e o 7º B” (Entrevista31).

Perante esta situação, diz Barreiro (1996), que a forma de dividir os alunos nas turmas influencia os resultados escolares e o desenvolvimento social do aluno.

A maioria de alunos que compõe a turma do 7º E, denominada de “turma fraca” possui as mesmas características, isto é, são alunos provenientes de meio socio cultural complexo, famílias desestruturadas e, por conseguinte, apresentam algumas dificuldades em lidar com a escola. Na perspectiva de Gomes (2005), os alunos que são integrados nas turmas com um nível de conhecimento inferior, o aproveitamento tem tendência a diminuir, isto porque, segundo ele os colegas têm um papel relevante na motivação do processo de ensino e aprendizagem, devido a influência que exercem entre si na transmissão de conhecimentos. Realça Barroso (1995), que quando se juntam alunos “fracos” numa turma poderia influenciar negativamente os mais fracos.

Contrariamente a turma 7º E encontramos o 7ºA e o 7ºB, que segundo a opinião da maioria dos entrevistados, são as turmas com melhores resultados, denominadas de “turmas boas”.

“(...) A turma 7º A é melhorzinha e o 7º B” (Entrevista32). Barroso (1995), explica que no entender de alguns diretores de turma, quando se agrupam numa mesma turma, normalmente a turma A, alunos com resultado escolar elevado e os alunos com rendimento escolar mais fraco nas outras turmas, afetam negativamente os alunos mais “fracos”.

Desta forma, podemos constatar que na turma 7ºA, encontramos alunos com características que favorecem o processo de ensino e aprendizagem, tendo em conta todos os pedidos feitos pelos Encarregados de Educação e aceites pela escola em manter os seus educandos num determinado grupo de alunos. Isto pode levar, eventualmente, a uma turma de alunos com resultados escolares elevados, uma vez que, segundo Duru-Bellat e Mingat, (1997), esses alunos serão influenciados de uma forma positiva pelos colegas, o que ele designa de “efeito turma”.

Enfatiza Gomes (2005), que os alunos que frequentam turmas com nível elevado de conhecimento têm mais possibilidade de conseguir melhores resultados.

No entender de Cortesão (1998), seria interessante perceber porquê que se agruparam tantos alunos com as mesmas características na mesma turma, mesmo que não seja propositadamente.

Questionado o responsável pela formação de turmas sobre a questão de se juntar numa mesma turma alunos com características semelhantes, e se há turmas consideradas como “boas” e “fracas” respondeu o seguinte: “Nem uma coisa nem outra coisa. Quando fazemos as turmas não fazemos para ser homogéneas ou heterogéneas, mas às vezes pode ter uma turma mais boa que outra, mas nada premeditadamente. Pode haver boa ou fraca, mas a intenção inicial não é de ter boa ou má, mas no decorrer das aulas deparamos com “turmas boas” e “turmas fracas”” (Entrevista33).

Relativamente a existência de turmas conhecidas como “boas” e/ou “fracas” todos os entrevistados com a exceção de um que afirma não ter o conhecimento disto, concordam que as turmas do 7ºA e 7ºB são tidas como “turmas boas” e apresentam melhores resultados e a turma do 7ºE considerada como “turma fraca”.

3.6- Em relação aos alunos repetentes existe algum critério particular na distribuição dos mesmos pelas turmas? Se sim, quem o define? Quais são?

“Tenta-se colocar os alunos repetentes em turmas conforme as características do aluno e da turma para onde vai” (Entrevista34).

“Não há orientação específica. Quando há turmas que ficam muitos alunos retidos compensamos a turma com outros alunos. A raiz da turma mantém-se e faz-se a distribuição para não ficar só de alunos repetentes. Depende de números de alunos repetentes, da idade etc.” (Entrevista35).

“Existe, claro que existe. Aliás os alunos repetentes se eles reprovam é porque mesmo em últimas instâncias porque, as instruções que nós temos só em últimas instâncias é que se reprova um aluno. Por exemplo, numa turma ficam repetentes 2 alunos, os colegas continuam e o que nós temos em conta é as características dos alunos, muitas vezes falamos com os diretores de turma e eles é que dão a sugestão se fica melhor com aquela turma ou com” (Entrevista36).

“Imagina que há 5 turmas e há 5 ou 6 meninos repetentes, fala-se sempre ou com o diretor de turma ou com o professor que os conheça para ver um bocadinho como é que eles são, personalidade, que turma em que irá encaixar melhor” (Entrevista37).

“Sim, procurar com que eles não fiquem todos nas mesmas turmas, portanto, não fazer turmas de repetentes” (Entrevista38).

Todos os entrevistados partilham a opinião de que os alunos repetentes são colocados nas diversas turmas consoante as características do aluno e da turma, tendo sempre a preocupação de não sobrecarregar uma turma com muitos meninos repetentes. Aliás, o Ministério da Educação e Ciência recomenda as escolas, a distribuição dos alunos repetentes de uma forma equilibrada, pelas várias turmas.

3.6.1- Quem define estes critérios?

“Esses critérios são cá da escola, chama-se o bom senso. São as pessoas que fazem as turmas que tem de ter esse bom senso porque nós a nossa preocupação mais importante são os alunos” (Entrevista39).

“Isso passa sempre pelo Conselho Pedagógico, depois a coordenadora dos diretores de turma junto com os diretores de turma e com o diretor têm sempre de ver a melhor forma de distribuir e de fazer porque tem de ser 28 não pode ser uma turma com 30 e outra com 26. As turmas do 7º ano tem 28 alunos” (Entrevista40).

Os critérios são definidos pela escola, tendo em conta as recomendações do Ministério da Educação e Ciência.

3.7- Acha que há vantagens ou desvantagens em relação a turma heterogénea e homogénea?

“Quer dizer as turmas homogéneas se forem boas há só vantagens, agora se forem turmas muito negativas efetivamente só há desvantagens, o ideal mesmo será arranjar uma solução de compromisso. As turmas heterogéneas de uma forma geral funcionam melhor do que as turmas homogéneas se funcionarem pela negativa porque se funcionarem pela positiva pode funcionar muito bem” (Entrevista41).

“Eu acho que é impossível haver turmas homogéneas. Claro que há vantagens em turma heterogénea porque dá lugar ao ensino cooperativo que é os alunos com menos dificuldades ajudam os outros, os alunos da minha turma fazem isso. Há partilha e também às vezes é o contrário porque os mais fracos às vezes percebem determinadas coisas que os outros não dominam, porque eles normalmente não são bons 100% em todas as disciplinas. A desvantagem é para o professor que tem muito mais trabalho porque nós temos que ir de encontro desses alunos todos” (Entrevista42).

“Há sempre vantagem em ser heterogénea, do ponto de vista dos alunos aprenderem sempre um pouco com aqueles que sabem mais, se um é mais fraquinho e se tiver a oportunidade de estar a fazer grupo, sentar-se ao lado de um que seja mais “bom” vai estimulando-o a fazer trabalhos, apresentações por exemplo, basicamente já há muitos anos que não há turmas homogéneas. A não ser que fosse mesmo só alunos fracos, mas com uma intensão didática – são todos muito fracos precisam de ser trabalhados por exemplo, vamos pegar nesses alunos todos que têm o mesmo nível de escolaridade e elevá-los até ali, mas isso teria de ser assim turmas digamos piloto, agora aqui não, as turmas são heterogéneas tanto a nível de estatuto social como a nível de notas, de níveis e eles vão-se ajudando e vão-se interligando bem” (Entrevista43).

“Há vantagem em relação às turmas heterogéneas até para não causar a segregação dos alunos, haver turmas só de bons alunos e turmas de maus alunos de modo a que se possam inclusivamente entreajudar” (Entrevista44).

“Eu acho que nós em pleno século XXI, devemos trabalhar com turmas heterogéneas, mas, é muito difícil trabalhar, é mais fácil trabalhar com uma turma toda de alunos bons e nós fazemos um tipo de trabalho ou com alunos maus e fazemos um tipo de trabalho para toda a turma” (Entrevista45).

Todos os diretores de turmas estão conscientes tanto das vantagens como desvantagens para turmas homogêneas bem como turmas heterogêneas. Afirmam que turma homogênea por um lado, facilita o trabalho do professor, sobretudo, na escolha da metodologia, uma vez que, trabalha com meninos que estão no mesmo nível de aprendizagem. Por outro lado, se for uma turma de alunos mais “fracos” tem desvantagem porque, os alunos podem sentir-se conformados com o seu desempenho, visto que, os colegas também estão na mesma situação.

No entender de Gomes (2005), turmas homogêneas tendo em conta o aproveitamento dos alunos há vantagem para o professor, visto que, facilita o seu trabalho e aumenta o rendimento dos alunos. Realça Cohen *et.al* (1982), que de acordo com os defensores da homogeneidade, as turmas de níveis são mais fáceis de ensinar, porque os professores vão trabalhar com alunos que estão no mesmo nível de aprendizagem. Deste modo, segundo Crahay (2002), uma turma homogênea relativamente ao nível dos alunos é mais fácil encontrar atividade e o ritmo de aprendizagem que adapte a todos.

Em contrapartida, as turmas homogêneas seriam inconvenientes, de acordo com a perspectiva de Riordan (2004), isto porque, aumenta as diferenças de aproveitamento entre os alunos com mais rendimento escolar e os com menor rendimento e pode separar os alunos ao nível da sala de aula. Na perspectiva de Crahay (2002), a constituição de turmas homogêneas, faz com que os alunos considerados com bom nível de aproveitamento beneficiam de um ensino superior ao dos alunos qualificados com fraco nível de aproveitamento, em relação aos resultados escolares, o que faz aumentar as diferenças individuais rompendo assim com todos os princípios de igualdade.

Já em relação a turmas heterogêneas indicam que há vantagem, na medida em que, os alunos possuem níveis diferenciados e os mais “fracos” serão influenciados por aqueles que apresentam melhores resultados, em alguns casos podem até ajudar uns aos outros. A desvantagem será para o professor que terá de ter estratégia que irá de encontro a esses alunos e obviamente terá mais trabalho.

Diz Ireson e Hallam (2001), que a formação de turmas heterogêneas favorece melhor adaptação ao nível social de todos os alunos, permitindo aos alunos com nível inferior o contacto com realidades positivas de aprendizagem.

Crahay (2002), afirma que a desvantagem será para o professor que terá de ter habilidade de lidar com a situação, para não ir nem muito depressa para os alunos com o ritmo de

aprendizagem mais lento e nem muito devagar para aqueles com o ritmo de aprendizagem mais rápido.

3.8- Considera que as características da turma em que o aluno está inserido podem influenciar as suas oportunidades de sucesso? Porquê?

“Muito, se a turma efetivamente tem uma dinâmica negativa necessariamente muitos destes alunos atendendo as suas idades, têm tendência para se juntar ao grupo mais forte não é, e influencia necessariamente, se o grupo for na sua maioria positivo com objetivos, finalidades aí normalmente todos beneficiam, incluindo os mais fracos. Normalmente é sempre assim” (Entrevista46).

“Sim, porque o aluno pode ser ajudado por aqueles que são melhores e ficar ao nível deles” (Entrevista47).

“Sim, porque se eu estiver a dar aula tendencialmente à uma turma muito boa vou expor de forma diferente do que na outra turma, até tendo em conta as dificuldades, daí a questão a criação de grupos heterogêneos acaba por garantir entre aspas uma maior igualdade de aprendizagem aos alunos” (Entrevista48).

“Claro que sim, completamente. Podem influenciar para o bem ou para o mal. As características dos alunos podem influenciar porque, eu vi isto este ano na minha direção de turma em que tenho um aluno do PCA (Percurso Curricular Alternativo), que era um aluno com 15 anos que tem 140 kilos, portanto tem um problema de obesidade muito grande e isto dá-lhe uma baixa autoestima. Este aluno não é mau aluno, mas tem umas características de não virem às escolas muitas vezes de ficar em casa, de não gostar de estudar influenciou muitíssimo os rapazes “caganitos” meninos pequeninos” (Entrevista49).

Todos os entrevistados concordam que as características da turma em que o aluno está inserido podem influenciar os resultados dos mesmos, devido ao fator, influência dos colegas, que pode ser tanto pelo positivo como pelo negativo, depende das características da turma. Na perspetiva de Gomes (2005), os colegas desempenham um papel pertinente em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto porque, exercem influência e transmitem conhecimentos entre si.

3.9- Já lhe aconteceu ou teve conhecimento de casos de pedidos externos (exemplo Pais/Encarregados de Educação) para a inclusão dos alunos em determinadas turmas?

No contexto das entrevistas realizadas, quisemos também conhecer na perspetiva dos entrevistados a incidência de pedidos para a inclusão de determinados alunos em determinadas turmas, isto é, se já aconteceu ou teve conhecimento de casos de pedidos externos (exemplo Pais/ Encarregados de Educação) para a inclusão dos alunos em determinadas turmas. Todos os entrevistados reconhecem que sim e que sempre que houver a disponibilidade e justificativa por parte dos Encarregados de Educação, os pedidos são aceites.

Já o representante de Pais e Encarregados de Educação afirma não ter o conhecimento de nenhuma pressão dos Encarregados de Educação em relação a este assunto.

“Nunca me senti pressionado pelos encarregados de educação em relação a esta situação” (Entrevista50).

“Já me aconteceu a pedidos de pais para o período de manhã ou à tarde e fazemos isso caso seja possível, mas tem que ser bem justificados. Pedido para estar numa turma A, B ou C não, mas já pediram para estar num grupo de um determinado alunos, porque são vizinhos por exemplo. Tem que se justificar, se for bem justificados e houver a disponibilidade fazemos” (Entrevista51).

Podemos constatar, de acordo com o trecho da entrevista acima transcrito que os Encarregados de Educação demonstram a preferência para que os seus educandos integrassem num determinado grupo de alunos e para tal, fazem pedidos à direção da escola, que os seus educandos frequentem turmas junto com determinado grupo de aluno, e a escola por sua vez, aceita esses pedidos desde que sejam bem justificados e houver a disponibilidade. Já dizia Antunes e Sá (2006), que alguns Encarregados de Educação procuram fazer que os seus educandos sejam integrados em determinados grupos de alunos, situação esta que acaba por influenciar a composição de turmas.

No entender de Cortesão (1998), a escola considera que, aceitar o pedido dos Pais e Encarregados de Educação em manter o seu educando num determinado grupo de alunos como uma medida justa, tendo em conta que está a satisfazer aos pedidos de quem se expressou primeiro. Só que de uma forma inconsciente estaria beneficiando os alunos que, à partida estão em situação de vantagem ou que apresentam melhores condições de ter o sucesso, visto que,

estaremos a agrupar turmas de acordo com os interesses de pais que estão bem informados e que sabem o momento em que a escola organiza as turmas e têm o conhecimento de qual o horário mais conveniente ao processo de ensino e aprendizagem. A escola ao aceitar esse pedido está a recorrer a um critério muito seletivo de uma forma inconsciente, embora pareça justa atender aos pedidos de quem se manifesta primeiro.

“Já me aconteceu a pedidos de pais para o período de manhã ou à tarde (...)” (Entrevista52). Virgínio Sá e Fátima Antunes (2006), afirmam que, no que tange a distribuição de turmas pelos turnos de manhã ou tarde, é de realçar que o turno de manhã é considerado como turno das “elites” (camada social privilegiada), ou seja, uma minoria qualificada, cujos alunos tendem a ter melhores resultados, por conseguinte é o turno preferido pelos professores.

Neste sentido os Pais e Encarregados de Educação (instruídos) tendo a consciência dessa realidade, muitas vezes acabam por manifestar o interesse que o seu educando frequente o turno de manhã (Virgínio Sá e Fátima Antunes, 2007).

“(...) já pediram para estar num grupo de um determinado alunos, porque são vizinhos por exemplo” (Entrevista53). Cortesão (1998), esclarece que constituir turmas levando em consideração este pedido dos Encarregados de Educação, significa formar turmas considerando a zona ou a escola de origem. Neste sentido, há uma grande possibilidade de manter juntos alunos que pertencem aos mesmos grupos socioculturais, uma vez que, almejam manter a amizade existente no grupo.

Trata-se de distribuição de turmas que de uma certa forma influencia os resultados escolares dos alunos, uma vez que, a maior vantagem será para os alunos que a priori já são privilegiados.

Na perspetiva de Virgínio Sá e Fátima Antunes (2007), estamos perante um acesso desigual a um bem fundamental - a educação- desigualdade essa que prejudica, de uma forma particular, os grupos que já estão em situação de desvantagem. Realça Duru-Bellat (2006), que a democratização do ensino se consolidou, mas que o acesso à educação para todos não significa os mesmos estudos para todos.

CONCLUSÃO

A organização escolar tem como objetivo principal, garantir o acesso à educação para todos os cidadãos, sucesso escolar e um ensino de qualidade a todos os alunos. Neste sentido, surge a escolaridade obrigatória com o intuito de garantir uma educação para todos, o que não significa dizer que, o sucesso e a qualidade do ensino sejam garantidos a todos os alunos.

Inúmeros fatores interferem no sucesso escolar do aluno, entre os quais, a forma como os alunos encontram-se distribuídos nas turmas. Ao longo do trabalho podemos ver que as opiniões são controversas em relação à forma de se agrupar os alunos na turma. Há autores que defendem a heterogeneidade na formação de turmas, outros são a favor a homogeneidade e existem aqueles que defendem a formação de turmas heterogêneas com grupos homogêneos caso for necessário.

O processo de constituição de turmas constitui-se como sendo um fenómeno complexo, analisado por diversos autores no decorrer do trabalho sob diversas perspectivas. O Ministério da Educação e Ciência dá orientações às escolas em relação à distribuição dos alunos nas turmas, sobretudo, em relação ao número máximo de alunos na turma, e defende a formação de turmas heterogêneas, sendo que em alguns casos pode-se formar grupos homogêneos temporários. A direção da escola, de acordo com as indicações do Ministério da Educação e Ciência está provida de uma certa liberdade para tomar decisão sobre a constituição de turmas, auscultando os professores e diretores de turmas.

De modo a garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos, a composição de turmas constitui uma tarefa árdua, sobretudo, se considerarmos a perspectiva de Formosinho e Machado (2013), que os indivíduos chegam à escola em condições intelectuais desiguais em função da família onde estão inseridos. Possuem condições culturais e ambientais diferentes; situações socioeconómicas desiguais; uns vivem na cidade e outros na aldeia, isto é, cada aluno possui um contexto familiar diferente do outro o que lhe coloca em situação de vantagem ou desvantagem em relação ao ensino.

A distribuição dos alunos nas turmas é um processo complexo que deve ser analisado não como um fenómeno individual, mas no seu todo. Isto é, no âmbito da constituição de turmas devemos levar em consideração a localização geográfica da escola, tipos de alunos que a frequentam (situação socioeconómica, meio onde vivem, nível de instrução dos Encarregados

de Educação), características dos professores que a escola possui, ou seja, todo o contexto social tanto da escola como da família, que envolve o aluno.

A formação de turmas homogêneas, na maior parte das vezes, os alunos são agrupados em função de rendimento escolar (Riordan, 2004). A homogeneidade na formação de turmas apresenta vantagem tanto para o professor como para o aluno com o nível elevado de conhecimento, isto é, quando se juntam na mesma turma alunos com “bons” resultados escolares, que na perspectiva de Gomes, (2005), facilita o trabalho do professor, na medida em que, torna-se mais fácil encontrar uma metodologia, atividade de ensino e o ritmo de aprendizagem que se ajuste a todos o que aumentará o resultado escolar do aluno.

Em contrapartida, quando se juntam na mesma turma alunos considerados com “nível fraco” beneficiam de um ensino qualitativamente inferior a dos alunos classificados com bom nível de aproveitamento, relativamente aos rendimentos escolares (Crahay, 2002). Abrantes (2010), diz que agrupar alunos considerados “fracos” na mesma turma torna-se inconveniente, uma vez que, os alunos não são estimulados, isto é, estes conformam-se com resultados baixos porque o nível do colega também é “fraco”.

Optar pela formação de turma heterogênea, possui vantagem porque permite aos alunos com “nível inferior” o contato com situações positivas do ensino e aprendizagem o que favorece uma melhor adaptação social (Ireson e Hallam, 2001). Afirma Gomes (2005), que os colegas exercem influência e transmitem conhecimentos entre si, sendo assim os alunos considerados mais “fracos” são motivados pelos alunos considerados “bons”, concedendo a interação e a dinâmica na sala de aula o que favorece a troca de conhecimentos entre os mesmos.

Em relação ao professor, a constituição de turmas heterogêneas possui desvantagem, porque depara com níveis diferenciados de alunos na turma e segundo Crahay (2002), ele será muito veloz em relação aos alunos mais “fracos” e muito lento em relação aqueles com nível de aprendizagem mais acelerado. Neste sentido, o professor terá que manter a flexibilidade na turma, criar uma metodologia de trabalho no qual perante os alunos excepcionais deve fazê-los avançar, por conseguinte é mais trabalho para o professor.

Divido à dicotomia entre a homogeneidade e a heterogeneidade na distribuição dos alunos pelas turmas, há escolas que conciliam essas duas formas com a criação de “Turma Mais” e/ou “Turma Fénix”

A gestão eficaz da escola em distribuir os alunos nas turmas constitui uma forma de minimizar as diferenças ao nível de oportunidades entre os alunos em relação ao sucesso escolar e um ensino de qualidade. A direção da escola no início do ano letivo faz a formação de turmas, entretanto, alguns Encarregados de Educação instruídos e dotados de certas informações cruciais para a composição de turmas, tentam de uma certa forma influenciar a direção da escola na constituição de turmas, com pedidos para a colocação dos seus educandos em determinadas turmas.

Durante o trabalho vimos que a direção da escola, por vezes, aceita esses pedidos quando forem bem argumentados, o que acaba influenciando todo o processo de formação de turma. Normalmente, quem fica beneficiado são os alunos que já estão em situação de vantagem, cujos pais são cultos e conhecem o funcionamento da escola em relação à distribuição de alunos nas turmas.

De acordo com os dados da pesquisa, não existe nenhum documento formal da escola que determina os critérios da constituição de turmas. O Ministério da Educação e Ciência dá alguma orientação às escolas, entretanto, a escola possui liberdade através do conselho pedagógico e, auscultando professores e diretores de turmas, de tomar decisões e definir critérios para a formação de turmas. No entanto, de acordo com a maioria dos entrevistados, as turmas do 7º ano são constituídas pelos alunos transitados do 6º ano, isto é, o propósito é preservar os alunos transitados do 6º para o 7º ano na mesma turma. Muitas das vezes, eles são distribuídos de acordo com o início do 1º ciclo, tendencialmente os grupos de turmas mantêm-se ao longo dos anos. Entretanto, de acordo com as indicações dos professores e diretores de turma pode-se fazer alguma alteração em relação à determinados alunos caso seja necessário.

Das cinco turmas do 7º ano existente na escola, constatamos que as turmas A e B são consideradas de “melhores” e a turma E intitulada de “fraca”, na opinião da maioria dos entrevistados.

De acordo com a maioria dos entrevistados, a maior parte dos alunos que compõe as turmas do 7º A e B são alunos com características que promovem o processo de ensino e aprendizagem, possuem melhores rendimentos escolares, por conseguinte, na opinião de Duru-Bellat e Mingat (1997), esses alunos recebem influências positivas dos colegas. Contrariamente, temos a turma do 7º E onde todos os entrevistados concordam ser uma turma “fraca”, composta por maioria de alunos da etnia cigana que faltam muito às aulas, provenientes de meio social muito complicado, originários de famílias desestruturadas com situação socioeconómica precária,

cujos pais têm baixo nível acadêmico, por conseguinte pouco ou nada sabem daquilo que se passa na escola. Diz Gomes (2005), que quando inserimos os alunos numa turma cujo nível de conhecimento é inferior, o aproveitamento tende a diminuir.

Dado que o 7º ano constitui o início de um novo ciclo, ao nosso ver a escola deveria dar mais ênfase ao processo de formação de turmas, uma vez que, a turma frequentada pelo aluno constitui um dos fatores que influencia as suas oportunidades de sucesso. Os alunos exercem influência sobre os colegas, repercutindo no processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em conta a complexidade do processo de formação de turmas e, considerando que tanto turmas homogêneas como heterogêneas possuem vantagens e inconveniências, sugerimos a conciliação entre essas duas formas, isto é, a aposta na constituição de turmas heterogêneas com a criação de grupos homogêneos temporários, como por exemplo a “Turma Mais” e o “Fénix”. A Distribuição de turmas de uma forma heterogênea como forma de aproveitar os benefícios que a sociedade heterogênea nos oferece em termos de diversidades culturais com trocas de experiências e conhecimentos entre os alunos, em simultâneo com a criação de grupos homogêneos temporários como forma de promover a igualdade de oportunidade entre os alunos e um ensino de qualidade para todos.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Ana Nunes, e Maria Manuel Vieira (2006), *A Escola em Portugal: Novos Olhares, Outros Cenários*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ávila, Patrícia (2008), *A Literacia dos Adultos. Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, Celta Editora.
- Abrantes, P. (2010), *Tendências e Controvérsias em Sociologia da Educação*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Antunes, F. e Virgínio Sá (2010), *Públicos Escolares e Regulação da Educação*. V.N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Antunes, F. e Virgíneo Sá (2006), *Estado, Escolas, Famílias: Públicos Escolares e Regulação da Educação*. In A. Moreira, J. A. Pacheco, S. C. Cardoso & A. C. Silva (Orgs.). *Globalização e (Des)igualdades: Os Desafios Curriculares*. Actas do VII Colóquio sobre Questões Curriculares / III Colóquio Luso-Brasileiro (pp. 1198-1212). Braga: Universidade do Minho.
- Antunes, F. e Virgínio Sá (2007), *Públicos e (des)vantagens em educação: escolas e famílias em interação*. Revista Portuguesa de Educação: (pp 129-161) Universidade do Minho, Portugal.
- Barreiros, J. C. (1996), *A turma como grupo e sistema de interação*. Porto: Porto Editora.
- Barroso, João (1995), *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*. Lisboa: FCT/JNICT.
- Bourdieu, Pierre (1992), *A reprodução*, Rio de Janeiro, Francisca Alves.
- Cohen P. A., Kulik J. A., e Kulik C. C. (1982), *American Educational Research Journal Summer*. Vol. 19, No. 2, pp. 237-248.

Conselho Nacional de Educação (2016), *Organização escolar: as turmas*, Lisboa, Eletrónica (online), consultado em 20.11.2020. Disponível em: http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/estudo_organizacao_escolar-as_turmas_versao_final.pdf.

Cortesão, Luiza (2007), *O arco-Íris na sala de aula? Processos de Organização de Turmas: Reflexões Críticas*. In Cadernos de organização e administração educacional. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Cortesão, Luiza (1998), *O arco-íris na sala de aula? Processos de organização de turmas: Reflexões críticas*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional (1ª edição).

Crahay, Marcel (2002), *Poderá a escola ser justa e eficaz?: da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos*, Lisboa, Instituto Piaget.

Direção Geral da Educação (2011), *Relatório de Avaliação Anual do Programa mais sucesso escolar – Turma Mais*” (online), consultado em 10.09.2021. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/relatorioanualpmse_2010_2011_vs_final.pdf.

Duru-Bellat, Marie e Mingat, Alain (1997), *La Constitution de Classes de Niveau dans les Collèges: les Effets pervers d'une Pratique à Visée Égalisatrice*. *Révue Française de Sociologie*, vol XXXVIII, pp. 759-789.

Duru-Bellat, Marie (2006), *L'Inflation Scolaire. Les Désillusions de la Méritocratie*. Paris: La République des Idées/Seuil.

Fernández, Florentino (2006), *As raízes Históricas dos Modelos Actuais de Educação de Pessoas Adultas*.

Formosinho, J., e Machado, J. (2013), *As Equipas Educativas e o desenvolvimento das escolas e dos professores*. In: Melhorar a Escola - Sucesso Escolar, Disciplina, Motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas, pp. 91-105. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia.

- Ferreira, Aristides *et.al* (2015), *Gestão de Recursos Humanos para Gestores* RH Editora. ISBN.
- Gadotti, Moacir (2010), *Educar para a sustentabilidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Gomes, C. (2005), *A educação e as desigualdades: é possível construir uma escola democrática e efetiva? In A educação em novas perspectivas sociológicas*. São Paulo: EPU.
- Iavelberg, Catarina (2011), *A importância dos Critérios para formar turmas* (online), consultado em 05.11.2020. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/483/a-importancia-dos-criterios-para-formar-turmas>.
- Ireson J., e Hallam S. (2001), *Ability Groupin in Education*. London: Paul Chapman Publishing.
- Lemos, Valter (2013), *Políticas Públicas de Educação: Equidade e sucesso escolar*, Sociologia, Problemas e Práticas, (73), 151 – 169 (online), consultado em 05.12.2020. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/viewFile/2812/2653>.
- Ludke, Menga *et.al* (1986), *Pesquisa em Educação* São Paulo.
- Matos, José Manuel *et.al* (2012), *Promoção do Sucesso Educativo: Projectos de Pesquisa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian nas oficinas de António Coelho Dias, S. A.
- Merle, P. (1994), *Fiche de reinseignements sur l'élève et construction sociale des inégalités scolaires*, Revue Française de Sociologie, xxxv, pp. 561-591.
- Orientações Curriculares para a Educação no Pré-Escolar (2016), (online) consultado em 22.05.21. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/>.
- Perrenoud, Philippe (2001), *Espaces-temps de formation et organization du travail AAVV*, Espaços de Educação, Tempos de Formação, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pires, Eurico Lemos; A. Sousa Fernandes; João Formosinho (2001), *A Construção Social Da Educação Escolar*, Lisboa, Edições ASA (3ª edição).

- Pinto, Conceição Alves (1995), *Sociologia da Educação*, Portugal, Graça Margarido.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Riordan, C. (2004), *Equality and achievement*, 2 ed. Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Prentice Hall.
- Rodrigues, Maria e Heitor Manuel (2015), *40 Anos de Políticas de Ciência e de Ensino Superior* ed. 1, 1 vol. Coimbra: Almedina.
- Recomendação do Conselho Nacional de Educação (2011) (online), consultado em 20.01.2019. Disponível em <http://www.cm-peniche.pt/>
- Sampieri, R. H. et.al. (2006), *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Mc GrawHill.
- Sebastião, J., e S. V. Correia (2007), *A Democratização do Ensino em Portugal*, em J. L. Viegas, H. Carreiras, e A. Malamud (orgs.), *Instituições e Política (Portugal no Contexto Europeu)*, Vol. I, Lisboa, Celta Editora, pp. 107-135.
- Taylor, I. (2007), *A practical guide to assessment centres and selection methods: Measuring competency for recruitment and development*. London: Kogan Page Ltd.
- Tuchmam, Brucew (1994), *Manual da Investigação em Educação*, 4ª Edição, Lisboa 2000.
- Verdasca, J. et.al (2005), *Turma Mais: uma plataforma giratória no combate ao insucesso e abandono escolares*, Évora: Universidade de Évora.
- Veloso, L. e Pedro Abrantes (2013), *Sucesso escolar: da compreensão do fenómeno às estratégias para o alcançar*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA

Anexo A – Guião de entrevista aos diretores de turma do 7º ano de escolaridade;

Anexo B – Guião de entrevista ao professor responsável pela constituição de turmas;

Anexo C - Guião de entrevista ao presidente da associação de pais.

ANEXO A - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS DIRETORES DE TURMA DO 7º ANO DE ESCOLARIDADE

Esta entrevista tem como objetivo, recolher informações para a realização da dissertação, acerca de gestão da organização escolar na formação de turmas e os resultados escolar, no âmbito do Mestrado em Administração Escolar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais.

Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Obrigada pela sua colaboração.

1- procedimentos da escola na formação de turmas

- a) Conhece os critérios utilizados pela escola para a formação de turmas? Se sim, quais são?
- b) Existem regras na elaboração do horário? Quais? Quem determinam estas regras?
- c) Como se organizam os alunos do 7º ano de escolaridade pelas diferentes turmas? Como fazem a distribuição professores nas turmas?
- d) Os professores indicam preferência por determinadas turmas?

2- Homogeneidade/ heterogeneidade

- a) Na sua opinião, as turmas são tendencialmente heterogéneas ou homogéneas?

- b) Tem conhecimento de algumas turmas que se designam de “turmas boas” e “turmas fracas”? Quais?
- c) Em relação aos alunos repetentes existe algum critério particular na distribuição dos mesmos pelas turmas? Se sim, quem o define? Quais são?

3- Apreciação

- a) Acha que há vantagens ou desvantagens em relação a turma heterogénea e homogénea?
- b) Como docente concorda com os critérios utilizados pela escola na constituição de turmas?
- c) Na sua opinião, existem aspetos a melhorar em relação a distribuição dos alunos pelas turmas? Quais?
- d) Considera que as características da turma em que o aluno está inserido pode influenciar as suas oportunidades de sucesso? Porquê?

4- Resultados Escolares

- a) Na realidade, quais são os resultados conseguidos, mediante o critério definido na elaboração de turmas?

ANEXO B - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS.

1- Procedimentos da escola na formação de turmas

- a) Há na escola política de formação de turmas?
- b) Se sim, quem e quando definiu essa política? Existe alguma orientação do Ministério da Educação na definição desta política?
- c) Existe algum documento formal da escola que define a política de constituição de turmas?

2- Heterogeneidade/homogeneidade

- a) Existe uma política específica relativamente à questão de heterogeneidade/homogeneidade das turmas?
- b) Considera as turmas tendencialmente homogéneas ou heterogéneas? Há turmas que habitualmente se designam de “turmas boas” e “turmas fracas”?
- c) Relativamente aos alunos repetentes, existe alguma orientação específica para a inserção dos mesmos nas turmas?

3- Pedidos para a inclusão de determinados alunos em determinadas turmas

- a) Já lhe aconteceu ou teve conhecimento de casos de pedidos externos (exemplo Pais/Encarregados de Educação) para a inclusão dos alunos em determinadas turmas?
- b) Se sim, de que tipo?

4- Opinião

- a) Considerando a sua experiência como professor, concorda com os critérios utilizados pela escola para a formação de turmas?
- b) Considera que as características da turma em que o aluno está inserido pode influenciar as suas oportunidades de sucesso? Porquê?

ANEXO C - GUIÃO DE ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS

1- Procedimentos da escola na formação das turmas.

- a) A associação de pais tem conhecimento dos critérios de constituição de turmas utilizados pela escola?
- b) Se sim, concorda com eles? Ou acha que deveriam ser outros?
- c) A associação de pais participa nessas decisões?
- d) Se não, considera que deveria participar?

2- Pedidos para a inclusão de determinados alunos em determinadas turmas

- a) Os Encarregados de Educação recorrem à associação de pais para a inclusão dos seus educandos em determinadas turmas?
- b) Se sim, que razões costumam apresentar para solicitar a inserção dos educandos em determinadas turmas?
- c) Essas solicitações são normalmente aceites pela direção da escola?
- d) Tem conhecimento que os pais recorrem a outras formas para a inserção dos seus educandos em determinadas turmas?

3- Heterogeneidade/homogeneidade

- a) Na sua opinião, as turmas são tendencialmente heterogéneas ou homogéneas?
- b) Tem conhecimento de turmas que habitualmente se designam de “turmas boas” e “turmas fracas”.
- c) Quais?

4- Opinião

- a) Qual a sua opinião em relação a heterogeneidade/homogeneidade das turmas, isto é, acha que se devem juntar na mesma turma alunos com características semelhantes relativamente a (idade, sexo, rendimento escolar, situação socioeconómica e reprovações) ou que se deve basear-se na diversidade?
- b) Considera que as características da turma em que o aluno está inserido podem influenciar as suas oportunidades de sucesso? Porquê?